

Moção Nº. /2015

Contra a privatização da Linha de Sintra

Derrotado nas ruas ~~e nas urnas~~ e socialmente isolado, o Governo PSD/CDS procura, em final de mandato, concluir um agressivo programa de privatizações que os sucessivos executivos tricolores (laranjas ou rosas, matizados ou não com azul CDS) que nos últimos 38 anos o antecederam, não conseguiram impor. Simultaneamente, o actual gabinete Passos/Portas tem como missão criar as condições para operações semelhantes, a levar a cabo pelo próximo governo.

As escandalosas privatizações da TAP – empresa de bandeira, maior exportador nacional e instrumento fundamental na implementação de uma estratégia soberana de desenvolvimento do País, na manutenção da coesão nacional, na ligação às comunidades portuguesas na diáspora, e de Portugal com o mundo –, bem como semelhantes processos implementados ou em vias de resolução forçada na Empresa Geral de Fomento (respeitante à recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos) nos transportes colectivos de passageiros de Lisboa e do Porto (STCP, Metropolitano, Carris), ou na EMEF e na CP-Carga, confirmam a existência de uma agenda venda-pátrias cujo objectivo é alienar, se possível a pataco e/ou por ajuste directo, segmentos fundamentais dos serviços públicos e das funções sociais do Estado, amplamente reconhecidos como essenciais à qualidade de vida das populações e ao progresso económico e social.

A recente tentativa da CP de alterar horários na Linha de Sintra afectando gravemente a vida de cerca de 200 mil utentes e consubstanciando uma evidente degradação do serviço prestado para criar o caldo de cultura favorável à sua privatização, pese embora a menorização do projecto inicial da administração da empresa, assim como a fusão da Refer com a Estradas de Portugal, não podem deixar descansados nem os autarcas nem os habitantes do nosso concelho.

Com efeito, é sabido que desde meados da década de 90, vários têm sido os presidentes da CP e responsáveis da tutela política que, aludindo à suposta necessidade de «restruturar» a empresa visando a contenção de custos; falando mesmo numa melhor prestação de serviço, investiram contra os interesses do povo e do País também neste sector.

Foram esses mesmos que desmantelaram a CP desarticulando muitas das suas valências, que aplicaram carteiras de encomendas externas – de material circulante mas não só, paralelamente à destruição de importantes empresas nacionais subsidiárias do sector –; procederam a despedimentos e não contrataram profissionais, impedindo a manutenção do conhecimento e competências adquiridas pela sua passagem a novas gerações de trabalhadores ferroviários; endividaram o sector ferroviário perante a banca, incluindo subscrevendo contratos ruinosos para o erário público como os swap contratados a propósito da modernização e requalificação das linhas e estações; foram esses, os mesmos de



sempre, não tendo outro propósito senão aumentar a fortuna do grande capital, e em primeiro lugar do financeiro, lesando gravemente os contribuintes e a fazenda pública.

A população do concelho de Sintra e os seus representantes no poder local democrático não podem descansar quando a nova empresa Infra-estruturas de Portugal passa a deter o poder de concessionar a privados a exploração da linha de comboios suburbanos, frequentada anualmente por cerca de dezenas de milhões de passageiros.

Assim, a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias do Cacém e São Marcos reunida a 25 de Junho de 2015; *Delibera*

- 1) Pronunciar-se em defesa da CP como empresa pública e pelo seu reagrupamento numa única unidade estatal, solução adequada ao seu funcionamento e potenciação enquanto instrumento de elevação das condições e qualidade de vida das populações, e factor de desenvolvimento do País;
- 2) Exigir a adequação dos horários e serviços às necessidades do concelho e a sua articulação com a rede de transportes rodoviários instalada;
- 3) Defender a requalificação urgente da Estação de Algueirão Mem Martins incluindo com a construção de um parque de estacionamento;
- 4) A gratuidade do estacionamento nos parques das estações do concelho de Sintra para os portadores de título de transporte;
- 5) A defesa do passe social como instrumento privilegiado para o incentivo à utilização do transporte público, nomeadamente através do estabelecimento de preços comportáveis e socialmente justos, do alargamento das coroas e da aceitação deste por parte dos operadores privados do sector rodoviário que operam em Sintra.

Cacém e São Marcos, 25 de junho de 2015

Os eleitos da Coligação Democrática Unitária na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias do Cacém e São Marcos

Graça Rodrigues

Rodolfo Caseiro

Luís Silva

Fernando Pinto